



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**  
**DIRETORIA-GERAL**

**PAD n.º 13467/2021**

**DESPACHO**

R. h.

Versa-se, em síntese, acerca de **processo eletrônico relativo à solicitação oriunda da** Secretaria De Gestão De Pessoas, pela qual solicita a disponibilização do curso “Os Impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência – EC n.º 103/2019 e Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública” – Portaria n.º 154/2008 e Decreto n.º 3.048/1999, conforme expendido na Comunicação Interna n.º 58/2021 – **SGP, Doc. PAD INICIAL N.º 140681/2021**, em consonância com a análise técnica procedida pela ASDIR, conforme o **Doc. PAD N.º 143107/2021**.

A Seção de Licitações (SELIC) e a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASDIR), opinaram pela possibilidade da contratação direta, tendo sido informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a alocação de recursos.

Assim, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo a contratação**, uma vez verificada a observação apontada pela ASDIR, no Item **17 da lista de Verificação da Advocacia Geral da União – AGU, e na qualidade de ordenador de despesas por delegação – (VIDE PORTARIA N.º 429/2021)**, por meio de **inexigibilidade**, com amparo no Art. 25, II c/c o art. 13, VI<sup>1</sup>, da Lei n.º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC e ASDIR, *ex vi* art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99.

À SOF, para as providências que o caso requer, destacando-se o ensinamento para a celebração de contratos administrativos, em conformidade com o Acórdão TCU n.º 1134/2017- Plenário, e demais providências.

**Em seguida, à SGP**, para informar a presente decisão à contratada.

Por fim, à COLIC, para as providências pertinentes à contratação em referência,, inclusive visando publicar extrato de inexigibilidade no DOU.

**EXPEDIENTE URGENTE.**

**Fortaleza(CE), DATA REGISTRADA NO SISTEMA**

**DIRETOR-GERAL – TRE-CE**

**[ASSINATURA NO SISTEMA]**

<sup>1</sup> Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...] VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...] II – para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;